

Município de Oliveira do Hospital
Livro : CM
Registo N.º: 1882 /Ano: 2012
Entrada de 27-02-2012
Proc. 10136
Registado por: monica.mota

Exmo. Sr. Presidente

28-Fev. 2012



APA 2012-02-21 16:18 S-001650/2012

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal Oliveira do Hospital
Largo Conselheiro Cabral Metello
3400-062 OLIVEIRA DO HOSPITAL

S/ referência	Data	N/ referência	Data
171	2012.01.06	145/GAIA/2012 - AAE214	

Assunto: **Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital - Relatório Ambiental.**

Na sequência da solicitação de parecer relativa ao Relatório Ambiental e correspondente proposta de revisão do PDM, nos termos do nº3 do Artº7º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, analisamos a documentação que nos foi enviada.

Gostaríamos de começar por referir que a "Avaliação Ambiental Estratégica" é um instrumento de apoio à decisão e a sua utilidade deve ser explorada no sentido de promover a identificação e comparação de alternativas, numa óptica de sustentabilidade.

Pela análise que efetuámos da documentação que nos foi disponibilizada, foi possível identificar vários aspetos que poderiam ter sido levados em conta na abordagem metodológica seguida por V. Exas, a saber:

- A escala de análise é por ventura demasiado detalhada, o que dificulta a focagem nas questões genéricas essenciais como aconselha o Guia de Boas Práticas, publicado por esta Agência em 2007;
- O Relatório Ambiental é muito extenso e os resultados práticos da avaliação não parecem evidentes, apesar de ser referido nas conclusões que a AAE terá sido útil "ao nível de propostas de alterações, correcções e sugestões de consolidação das diferentes peças do plano";
- O seguimento do plano está tratado de modo que não nos parece não parece verificável; é elencado um conjunto de 46 directrizes e medidas, de carácter genérico; o quadro de governação elenca uma lista de 51 responsabilidades espetáveis para 18 entidades; é seleccionado um número excessivo de indicadores (55), que dificilmente darão conta dos efeitos negativos significativos não previstos. Recomenda-se por isso a elaboração de um programa de monitorização e controlo, a construir de modo pragmático e sintético, tendo em atenção a necessidade de dar cumprimento ao disposto no Artº11º do referido Decreto-Lei nº232/2007.

Estamos evidentemente ao dispor para esclarecimentos adicionais que forem tidos por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor-Geral


Nuno Lacasta

BV/